

Em 2025, CPP estruturou projetos que somam R\$ 29,4 bilhões em investimentos no Estado

Companhia participou de quatro leilões e cinco contratos e encerrou 2025 com lucro líquido de R\$ 220,7 mi

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE SANTOS



Túnel Santos-Guarujá foi estruturado com participação da CPP e teve leilão realizado em 2025, com R\$ 6,8 bilhões previstos em investimentos

Da Redação

A Companhia Paulista de Parcerias (CPP), empresa controlada pelo Governo de São Paulo, participou da estruturação de projetos que somaram R\$ 29,4 bilhões em investimentos contratados em 2025. No período, foram realizadas 11 consultas públicas, 43 audiências em 23 municípios, cinco publicações de editais, quatro leilões e cinco celebrações de contratos.

Criada pela Lei Estadual nº 11.688, de 2004, a CPP é uma sociedade de economia mista que

atua na estruturação de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). A empresa apoia o Estado desde os estudos de viabilidade técnica, econômica e jurídica até a modelagem, consultas e audiências públicas e encaminhamento dos projetos para licitação. Também administra ativos e presta garantias relacionadas a contratos.

Em 2025, a atuação ficou concentrada no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). A CPP presta serviços de gestão de projetos e apoio técnico à Secretaria de

Parcerias em Investimentos (SPI), inclusive na avaliação de projetos de infraestrutura e na elaboração de modelagens econômico-financeiras.

Entre os projetos estão o Túnel Santos-Guarujá, Nova Raposo, Rota Sorocabana, Paranapanema, Rota Mogiana e Circuito das Águas. O portfólio também inclui as concessões ferroviárias Alto Tietê e ABC-Guarulhos, os VLTs de Campinas e Sorocaba e a Linha 16-Violeta. Há ainda projetos de saneamento, segurança hídrica, resíduos sólidos, parques, habitação, manutenção

escolar e Centro Administrativo Campos Elíseos.

Dos quatro leilões realizados no ano, o Lote Alto Tietê, que reúne as linhas 11, 12 e 13, prevê R\$ 14,3 bilhões em investimentos e concessão de 25 anos. O Túnel Santos-Guarujá prevê R\$ 6,8 bilhões em 30 anos; o Lote Paranapanema, R\$ 5,8 bilhões em 30 anos; e as Travessias Hídricas, R\$ 2,5 bilhões durante 20 anos.

GARANTIAS

Outra atribuição da CPP é oferecer garantias para obrigações do poder público em con-

tratos de concessão e PPP. Ao fim de 2025, o montante chegava a R\$ 1,938 bilhão, sendo R\$ 1,614 bilhão em penhor de cotas de fundos de investimento e R\$ 324 milhões em fianças.

Entre os recursos vinculados a garantias estavam R\$ 565,9 milhões para a Linha 6-Laranja, R\$ 462 milhões para o Rodoanel Norte e R\$ 211,6 milhões para o Litoral Paulista. Também havia valores destinados a contratos de habitação, hospitais e ao sistema de ônibus e VLT da Baixada Santista.

Em agosto de 2025, a companhia também foi contratada para operacionalizar a movimentação de recursos provenientes de multas de trânsito do sistema Free Flow. O balanço registra R\$ 343,5 milhões nessas contas. Os valores pertencem ao DER-SP e são registrados separadamente no ativo e no passivo da CPP.

BALANÇO

A CPP encerrou 2025 com receita operacional líquida de R\$ 83,42 mi e custos dos serviços prestados de R\$ 81,63 mi. O resultado financeiro líquido foi de R\$ 263,3 mi e o lucro líquido alcançou R\$ 220,71 mi, 23,4% acima dos R\$ 178,74 mi registrados em 2024. Ao fim do exercício, a companhia registrava R\$ 2,535 bi em ativos totais, ante R\$ 2,138 bi em 2024. O patrimônio líquido passou de R\$ 1,993 bi para R\$ 2,033 bi, enquanto caixa e equivalentes somavam R\$ 492,5 mi.

Procon-SP alerta para golpe que altera QR Code do Pix

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA

Da Redação

O Procon-SP orientou consumidores a verificarem os dados do destinatário antes de realizar pagamentos por Pix em compras pela internet. O alerta ocorre após a identificação de uma modalidade de fraude que altera o QR Code exibido nas páginas de pagamento de lojas virtuais e direciona o dinheiro para contas diferentes daquelas vinculadas à compra.

Segundo o órgão de defesa do consumidor, a adulteração também pode ocorrer na opção de pagamento por Pix “cópia e cola”. Com a alteração, o consumidor pode visualizar o valor correto da compra, mas realizar a transferência para uma conta que não pertence à em-

presa responsável pela venda.

Para evitar o golpe, o Procon-SP recomenda que, antes de confirmar a operação, o comprador confira no aplicativo do banco o nome e o CNPJ do destinatário. Os dados devem corresponder aos da loja onde a compra está sendo realizada ou, quando houver uma instituição responsável pelo processamento do pagamento, à empresa indicada durante a transação.

Se o aplicativo bancário apresentar um destinatário desconhecido ou sem relação com a loja ou com a instituição de pagamento informada, a orientação é não concluir o Pix. A conferência deve ser feita tanto para pagamentos iniciados por QR Code quanto



Procon-SP recomenda conferir destinatário antes de confirmar o Pix

para aqueles realizados pelo recurso “cópia e cola”.

Caso a transferência já tenha sido feita para um destinatário diferente, o consumidor deve entrar em contato imediatamente com o banco ou instituição de pagamento, informar a suspeita de fraude e pedir a contestação da transação e a devolução dos recursos pelo Mecanismo Especial de Devolução (MED 2.0).

O Procon-SP também recomenda comunicar o problema à loja e guardar comprovantes da operação e registros dos contatos realizados com o fornecedor e a instituição financeira.

O Banco Central ampliou de 30 para 80 dias os prazos relacionados ao uso do MED pelo consumidor e pelo lojista.